



RESOLUÇÃO Nº 003/2003

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS E PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, no uso de suas atribuições estatutárias,

CONSIDERANDO a necessidade de dar cumprimento ao que determina a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional", em especial no que concerne à adaptação do Estatuto e Regimento da Universidade;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Universidade Federal do Amazonas, em seu artigo 80, prevê a apreciação do Regimento Geral por este egrégio Conselho;

CONSIDERANDO a apreciação final do Projeto do Regimento Geral ocorrida em 23.10.2002;

CONSIDERANDO a decisão adotada na reunião extraordinária realizada nesta data,

RESOLVE:

I. APROVAR o texto definitivo do **REGIMENTO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**, que com este baixa.

II. DISPOR que esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

III. REVOGAR as disposições em contrário, especialmente o Regimento Geral da Universidade do Amazonas, publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas, edição de 24 de junho de 1975.

SALA DE REUNIÕES DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, em Manaus, 25 de março de 2003.

Hidembergue Ordozgoith da Frota
Presidente

SUMÁRIO

REGIMENTO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

TÍTULO I – DA ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA	01
Capítulo I – Dos Colegiados Superiores	01
Capítulo II – Da Competência das Câmaras.....	02
Capítulo III – Da Representação da Comunidade Universitária.....	03
Capítulo IV – Dos Colegiados das Unidades	04
Capítulo V – Funcionamento dos Órgãos Colegiados	05
TÍTULO II – DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS.....	08
Capítulo I – Da Reitoria	08
Capítulo II – Das Unidades Acadêmicas.....	09
Capítulo III – Dos Departamentos Acadêmicos	10
Capítulo IV – Da Coordenação de Curso.....	10
Capítulo V – Dos Órgãos Suplementares.....	11
TÍTULO III – DO REGIMENTO DIDÁTICO – CIENTÍFICO	12
Capítulo I – Dos Cursos.....	12
Seção I – Cursos de Graduação.....	12
Seção II – Cursos de Pós-Graduação.....	12
Seção III – Outras Modalidades de Cursos	13
Capítulo II – Da Pesquisa	14
Capítulo III – Da Organização Curricular	14
Capítulo IV – Admissão aos Cursos.....	14
Capítulo V – Matrícula e Transferência	15
Capítulo VI – Verificação do Rendimento Escolar	16
Capítulo VII – Diplomas, Certificados e Títulos	17
TÍTULO IV – DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA.....	18
Capítulo I – Do Corpo Docente.....	18
Seção I Do Ingresso na Carreira.....	19
Seção II Do Regime de Trabalho.....	19
Seção III Dos Afastamentos.....	20
Seção IV Das Férias.....	21
Capítulo II – Do Corpo Discente.....	21
Seção I Do Regimento Disciplinar	21
Capítulo III – Do Corpo Técnico-Administrativo e Marítimo	23
Capítulo IV – Do Regime Jurídico do Servidor.....	24
Capítulo V – Do Regimento Disciplinar	24
Capítulo VI – Do Patrimônio	25
TÍTULO V – DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS	25

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
REGIMENTO GERAL

Art. 1º - O presente Regimento Geral disciplina os aspectos de organização e funcionamento comuns aos vários órgãos e serviços da Universidade Federal do Amazonas, cujo Estatuto completa.

Parágrafo único - As normas deste Regimento serão complementadas pelos regimentos da Reitoria, das Unidades Acadêmicas e de outros órgãos, no que devam compreender de específico.

TÍTULO I
Da Administração Universitária

Art. 2º - A administração da Universidade dar-se-á em nível superior e em nível das Unidades Acadêmicas, através dos respectivos Órgãos deliberativos e executivos.

Art. 3º - A Administração Superior será exercida:

- I. pelo Conselho Universitário – CONSUNI, com funções deliberativas e normativas;
- II. pelo Conselho de Administração - CONSAD, com funções consultivas, deliberativas e normativas;
- III. pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, com funções consultivas, deliberativas e normativas;
- IV. pela Reitoria, com função executiva.

Art. 4º - A administração das Unidades Acadêmicas terá como órgão deliberativo o Conselho Departamental e, como órgão executivo, a Diretoria.

CAPÍTULO I
Dos Colegiados Superiores

Art. 5º - O Conselho Universitário, o Conselho de Administração e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão têm a composição e a competência estabelecidas no Estatuto e serão assessorados por uma Secretaria Geral dos Conselhos Superiores.

Art. 6º - As Câmaras Setoriais, previstas nos Art. 14, § 2º, e 16, § 2º, do Estatuto, têm a seguinte composição comum:

- I. o Pró-Reitor da área correspondente, como Presidente;
- II. representação do corpo docente de cada Unidade Acadêmica;
- III. representação proporcionalmente legal do corpo discente e técnico-administrativo e marítimo.

Art. 7º - Os membros das Câmaras Setoriais a que se referem às alíneas II e III do artigo anterior terão mandato conforme o previsto no Estatuto e serão escolhidos na forma deste Regimento Geral.

Parágrafo único - As Câmaras Setoriais serão assessoradas pelas suas respectivas secretarias.

CAPÍTULO II

Da Competência das Câmaras

Art. 8º - Ressalvada a competência do Conselho de Administração, compete às Câmaras Setoriais que lhe são vinculadas:

I. à Câmara de Administração e Finanças:

- a) aprovar normas sobre organização e gestão administrativa;
- b) estabelecer normas sobre gestão econômico-financeira;
- c) opinar sobre normas complementares, a serem baixadas pelo Conselho de Administração, para celebração de contratos, acordos e convênios;
- d) aprovar anualmente o Plano de Ação.

II. à Câmara de Recursos Humanos:

- a) opinar sobre normas complementares, a serem baixadas pelo Conselho de Administração, dispondo sobre o ingresso, a dispensa, o regime de trabalho, a promoção e demais aspectos da vida funcional do pessoal técnico-administrativo e marítimo, inclusive o regime disciplinar, na forma da legislação vigente;
- b) aprovar planos e projetos de qualificação do pessoal técnico-administrativo e marítimo, através de cursos, treinamentos e outros mecanismos pertinentes.

III. à Câmara de Assuntos da Comunidade Universitária:

- a) estabelecer as linhas básicas da política de ação comunitária;
- b) aprovar programas ou projetos que visem à realização de atividades de natureza cultural, no âmbito da Universidade;
- c) emitir parecer sobre a viabilidade de programas assistenciais, à saúde, habitação e alimentar, a estudantes e servidores;
- d) editar normas sobre serviços assistenciais a estudantes de baixa renda, assim como a servidores e estudantes portadores de deficiência;
- e) aprovar normas reguladoras da expedição de cédulas de identidade funcional e estudantil.

Art. 9º - Ressalvada a competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, compete às Câmaras Setoriais que lhe são vinculadas:

I. à Câmara de Ensino de Graduação – CEG:

- a) opinar sobre normas complementares, a serem baixadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, envolvendo processos seletivos, currículos e programas, matrículas, transferências, avaliação de desempenho escolar, revalidação de diplomas estrangeiros, aproveitamento de estudos, exame de seleção para monitores, além de outras, em matéria de sua competência;
- b) deliberar sobre criação, expansão, modificação e extinção de cursos de graduação da Universidade;
- c) decidir sobre ampliação e diminuição de vagas discentes, levando em conta a capacidade institucional e as exigências do meio;
- d) fixar os currículos dos cursos de graduação, observadas as diretrizes gerais pertinentes;
- e) exercer atividades de supervisão e fiscalização no âmbito de suas atribuições;

f) adotar medidas de natureza corretiva ou punitiva no âmbito de sua competência.

II. à Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação - CPPG:

- a) opinar sobre normas complementares, a serem baixadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, envolvendo admissão em cursos de pós-graduação, bem como sobre matrícula, currículos e programas, avaliação de desempenho e aproveitamento de estudos;
- b) deliberar sobre criação, expansão, modificação e extinção de cursos de pós-graduação da Universidade;
- c) aprovar os planos de cursos de especialização e aperfeiçoamento;
- d) aprovar planos e projetos de pesquisa, levando em conta a diretriz fixada no Art. 50 do Estatuto;
- e) opinar sobre normas complementares, a serem baixadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, dispendo sobre organização e funcionamento da pesquisa na Universidade;
- f) deliberar sobre propostas, indicações, representações ou consultas de interesse da Universidade em matéria de pesquisa.

III. à Câmara de Extensão e Interiorização - CEI:

- a) opinar sobre normas complementares, a serem baixadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, envolvendo atividades de extensão;
- b) aprovar projetos e planos de cursos e serviços de extensão, visando a difundir conhecimentos e técnicas de trabalho, para elevar a eficiência e os padrões culturais da comunidade;
- c) deliberar sobre propostas, indicações, representações ou consultas de interesses da Universidade em matéria de extensão;

Art. 10 – As deliberações sobre criação, expansão, modificação e extinção de cursos de graduação e de pós-graduação (*stricto sensu* e especialização) devem ser homologadas pelo CONSEPE.

Art. 11 – Os Presidentes das Câmaras Setoriais, em suas faltas ou impedimentos, serão substituídos por membros do mesmo Colegiado, designados pelos Presidentes das respectivas Câmaras, assumindo a direção dos trabalhos, na ausência de designação, o membro com mais tempo de serviço na Universidade.

CAPÍTULO III

Da representação da Comunidade Universitária

Art. 12 – Os representantes da Comunidade Universitária junto aos Colegiados Superiores (Conselho Universitário, Conselho de Administração, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e Câmaras Setoriais) serão escolhidos por votação direta e secreta dos membros de cada segmento institucional, para mandato, conforme o previsto no Estatuto, permitida uma reeleição.

Art. 13 – Somente poderão candidatar-se à representação docente os integrantes da Carreira do Magistério Superior da Universidade, do quadro permanente.

Art. 14 – Somente poderão candidatar-se à representação discente os alunos regulares da Universidade, matriculados em cursos de graduação, que já tenham integralizados os créditos

correspondentes aos 2 (dois) primeiros períodos dos respectivos cursos, bem como aqueles regularmente matriculados em cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Art. 15 – Somente poderão candidatar-se à representação do corpo técnico-administrativo e marítimo os servidores estáveis integrantes do quadro permanente da Universidade.

Art. 16 - Os representantes da comunidade local serão escolhidos, com os respectivos suplentes, pela Comunidade Universitária, dentre os nomes indicados por entidades representativas dos campos culturais, científicos, empresariais, trabalhistas e dos movimentos sociais, legalmente constituídos.

Art. 17 - O Conselho Universitário, por iniciativa de seu presidente, regulamentará o processo eleitoral, estabelecendo as condições operacionais da consulta à Comunidade Universitária.

Art. 18 - Se, por qualquer motivo, não forem preenchidas todas as vagas oferecidas, o Conselho Universitário preencherá as vagas remanescentes.

CAPÍTULO IV **Dos Colegiados das Unidades**

Art. 19 - O Conselho Departamental é o órgão consultivo e deliberativo da Unidade, competindo-lhe:

- I. elaborar e modificar o Regimento da Unidade, submetendo-o, assim como suas modificações à homologação do Conselho de Administração;
- II. supervisionar as atividades dos Departamentos e promover sua articulação;
- III. deliberar sobre a utilização dos equipamentos e instalações confiados à Unidade;
- IV. julgar recursos de deliberações dos Departamentos ou de seus Chefes;
- V. propor ao Conselho Universitário, pelo voto de dois terços (2/3) dos seus membros, o afastamento ou a destituição do Diretor de Unidade;
- VI. decidir sobre proposta de destituição de chefes de departamentos;
- VII. decidir ou emitir parecer sobre questões de ordem administrativa e disciplinar;
- VIII. apreciar e aprovar projetos de pesquisa e de extensão e os planos dos cursos de graduação e pós-graduação;
- IX. exercer as atribuições que lhe sejam conferidas em matéria de pessoal docente, discente e técnico-administrativo e marítimo;
- X. exercer as atribuições de sua competência em processos de seleção de pessoal docente;
- XI. propor ao Conselho Universitário a concessão de título de Professor Emérito;
- XII. exercer as demais atribuições que, expressa ou implicitamente, se incluam no âmbito de sua competência.

Art. 20 - Os Departamentos compreenderão disciplinas afins e serão constituídos pela reunião do respectivo pessoal docente, para objetivos comuns de ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º - Além dos docentes, participarão dos Departamentos, com direito a voz e voto, representantes discentes e técnico-administrativos e marítimos, escolhidos na forma do que dispuser resolução do Conselho Universitário, conforme estabelecido no Estatuto.

§ 2º - O Departamento será a menor fração da estrutura universitária, não comportando divisão para qualquer efeito.

§ 3º - Os Departamentos de cada Unidade Acadêmica serão especificados no respectivo Regimento.

Art. 21 - São atribuições de cada Departamento, como colegiado deliberativo:

- I. elaborar seus planos de trabalho e sua parte na programação da Unidade em que se integre;
- II. atribuir encargos de ensino, pesquisa, extensão e administração ao pessoal docente, técnico-administrativo e marítimo, respeitadas as especializações;
- III. coordenar as atividades dos docentes, técnico-administrativos e marítimos, visando à unidade e eficiência do ensino, pesquisa, extensão e administração, adotando as providências de ordem administrativa que julgar necessárias;
- IV. elaborar a lista de ofertas das disciplinas de sua responsabilidade, submetendo-a ao competente Colegiado de Curso com os respectivos programas;
- V. elaborar o calendário escolar referente ao Departamento;
- VI. elaborar projetos de pesquisa e de extensão e os planos de cursos de graduação e pós-graduação;
- VII. examinar, decidindo em primeira instância, as questões suscitadas por docentes, discentes e técnico-administrativos e marítimos, encaminhando, com parecer, as que transcendam as suas atribuições;
- VIII. opinar sobre aproveitamento ou dispensa de estudos;
- IX. propor a admissão de pessoal docente e técnico-administrativo e marítimo;
- X. propor, pelo voto de dois terços (2/3) de seus membros, o afastamento ou destituição do chefe do Departamento;
- XI. eleger o chefe e o subchefe do Departamento, nas condições previstas no Estatuto;
- XII. exercer outras atribuições expressas ou implicitamente compreendidas no âmbito de sua competência.

CAPÍTULO V Funcionamento dos Órgãos Colegiados

Art. 22 - Os colegiados deliberativos reunir-se-ão ordinariamente ou extraordinariamente, conforme dispuserem seus regimentos.

Parágrafo único - Os regimentos dos colegiados superiores poderão ser reunidos em um só, constituindo o Regimento dos Colegiados Deliberativos da Administração Superior.

Art. 23 - A convocação de qualquer colegiado será feita com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, em aviso pessoal, pelo presidente ou, excepcionalmente, por 2/3 (dois terços) de seus membros, mediante indicação da pauta de assuntos a serem tratados na reunião.

Art. 24 - Os colegiados somente poderão deliberar em primeira convocação com a presença da maioria dos seus membros, ressalvados os casos em que seja exigido *quorum* qualificado.

Parágrafo único - Em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, os colegiados poderão reunir e deliberar com qualquer número, se assim dispuser o ato convocatório, salvo nas matérias que exijam *quorum* qualificado.

Art. 25 - Será obrigatório, preterindo a qualquer outra atividade universitária, o comparecimento dos membros docentes, discentes e técnico-administrativos e marítimos às reuniões dos colegiados e comissões especiais de que façam parte.

§ 1º - Os membros dos colegiados terão relevadas suas faltas às atividades escolares ou administrativas, quando coincidentes com o horário das respectivas reuniões, desde que o requeram ao diretor do órgão a que estejam vinculados, após comprovadas suas presenças pelas secretarias dos colegiados.

§ 2º - Nas mesmas condições, serão assegurados aos membros discentes novos prazos para apresentação de trabalhos escolares e realização de provas de segunda chamada.

Art. 26 - O membro de colegiado que, por motivo justo, não puder comparecer à reunião convocada, deverá comunicar o fato à respectiva secretaria, com a necessária antecedência, a fim de que, quando for o caso, se faça a convocação do suplente.

§ 1º - Perderá o mandato o membro de colegiado que, sem justificativa aceita pelo órgão, faltar a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas.

§ 2º - Quando, na hipótese do parágrafo anterior, tratar-se de membro nato, em decorrência do exercício de cargo ou função de natureza executiva, o seu desligamento do colegiado dependerá da destituição do cargo ou função, para o que a ausência reiterada e sem justificativa às reuniões poderá constituir causa bastante.

Art. 27 - Em falta ou impedimento do presidente de colegiado, a direção dos trabalhos caberá ao substituto legal e, em falta ou impedimento deste, ao mais antigo no magistério da Universidade, dentre os membros do colegiado.

Parágrafo único - O Reitor poderá comparecer à reunião de qualquer colegiado deliberativo, cabendo-lhe, no caso, a direção dos trabalhos.

Art. 28 - Na primeira parte da reunião ordinária dos colegiados, após a discussão e votação da ata da reunião anterior, facultar-se-á a palavra aos presentes, para que façam as comunicações que desejarem; na segunda parte, tratar-se-á dos assuntos constantes na pauta.

§ 1º - Mediante consulta ao plenário, que fará por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer membro presente à reunião, o presidente do colegiado poderá incluir ou retirar itens de pauta, inverter a ordem dos trabalhos ou atribuir-lhes regime de urgência.

§ 2º - O regime de urgência impedirá a concessão de vista, salvo para exame do processo no próprio plenário e na mesma reunião.

§ 3º - A matéria não será aprovada tacitamente, se o colegiado deixar de reunir-se no prazo fixado no parágrafo anterior, por falta de convocação.

Art. 29 - A matéria constante na pauta, uma vez relatada, será submetida à discussão e votação, conforme dispuser o regimento do colegiado, com ressalva do que especificamente contiver no Estatuto e neste Regimento Geral.

Art. 30 - As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos presentes, ressalvados os casos em que se exija *quorum* qualificado, como prevê o Estatuto.

§ 1º - Os membros dos órgãos colegiados terão direito apenas a um voto nas deliberações, mesmo quando a eles pertencem sob dupla condição, e os respectivos presidentes terão o voto de qualidade.

§ 2º - A votação será simbólica, nominal ou secreta, adotando-se a primeira sempre que uma das duas restantes não seja requerida por membro do colegiado e aprovada pelo plenário.

Art. 31 - As ocorrências de cada reunião de colegiado serão registradas em ata assinada pelo Secretário, lida na reunião seguinte e, uma vez aprovada, subscrita pelo Presidente e demais membros.

Art. 32 - Além de aprovações, autorizações, homologações e outros atos que se resolvam em anotações, despachos e comunicações de secretaria, as deliberações dos colegiados poderão, conforme sua natureza, ter a forma de resoluções a serem baixadas por seus presidentes.

Parágrafo único - As deliberações de caráter normativo terão, necessariamente, a forma de resoluções, seguidamente numeradas e datadas.

Art. 33 - O Reitor poderá vetar, no todo ou em parte, deliberações dos colegiados superiores.

Parágrafo único - O veto, que terá efeito suspensivo, será apreciado, com as respectivas razões, pelo Conselho Universitário no prazo de 10 (dez) dias, nos termos estabelecidos no Estatuto.

Art. 34 - Dos atos ou decisões adotados nos vários níveis da administração universitária, caberá pedido de reconsideração para o próprio órgão ou recurso para órgão hierarquicamente superior, na forma seguinte:

- I. do Departamento ou do respectivo Chefe, para o Conselho Departamental da Unidade;
- II. do Conselho Departamental ou do Diretor da Unidade, para o Conselho de Administração ou para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, conforme a matéria versada;
- III. do Colegiado de Curso ou do respectivo Coordenador, para a Câmara Setorial respectiva;
- IV. da Câmara Setorial para o respectivo Conselho Pleno;
- V. dos Pró-reitores e/ou dirigentes de Órgãos Suplementares, para o Conselho de Administração ou para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, conforme a matéria versada;
- VI. de decisões originárias do Conselho de Administração e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, assim como de atos do Reitor e do Vice-reitor, para o Conselho Universitário.

Art. 35 - O recurso, que não terá efeito suspensivo, deverá ser interposto no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que o interessado tomar ciência da decisão impugnada.

§ 1º - O recurso será dirigido à instância competente, mediante requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar conveniente.

§ 2º - Interposto o recurso, a instância competente deverá intimar os demais interessados para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, oferecerem manifestação, e proclamar sua decisão no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 3º - Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da sua execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

TÍTULO II Dos Órgãos Executivos

Art. 36 - São os seguintes, na forma do Estatuto, os órgãos executivos da Universidade, distribuídos pelos níveis de sua estrutura:

I - Administração Superior:

- a Reitoria.

II - Administração Acadêmica:

- a) as unidades;
- b) os departamentos;
- c) as coordenações de curso.

III - Administração Suplementar:

- os órgãos suplementares.

CAPÍTULO I Da Reitoria

Art. 37 - A Reitoria, órgão executivo superior da Universidade, será exercida pelo Reitor e, em suas faltas e impedimentos, pelo Vice-reitor, ambos escolhidos e nomeados na forma da legislação em vigor.

§ 1º - Em faltas e impedimentos simultâneos do Reitor e do Vice-reitor, a Reitoria será exercida pelo Pró-reitor designado pelo Reitor, assumindo o cargo, na ausência de designação, o Pró-reitor com mais tempo de serviço na Universidade.

§ 2º - As atribuições do Reitor estão fixadas no Estatuto.

Art. 38 - Além do Vice-reitor, haverá na Reitoria, designados pelo Reitor, Pró-reitores responsáveis pela coordenação de áreas distintas da atividade universitária, com atribuições que serão fixadas no Regimento da Reitoria.

Art. 39 - A supervisão, coordenação e execução atribuídas ao Reitor poderão ser delegadas ao Vice-reitor e aos Pró-reitores, os quais, além das atividades inerentes ao cargo ou função, exercerão outras, distribuídas pelas seguintes áreas em que se divide a Reitoria:

- I. Ensino de Graduação;
- II. Pesquisa e Pós-Graduação;
- III. Extensão e Interiorização;
- IV. Administração e Finanças;
- V. Planejamento e Desenvolvimento Institucional;
- VI. Assuntos Comunitários

Parágrafo único - Ao Vice-reitor e a cada Pró-reitor compete, entre outras funções decorrentes de sua condição:

- I. superintender e coordenar as atividades universitárias nas áreas respectivas, dentro das atribuições que lhe forem delegadas;
- II. integrar os Colegiados Superiores, na forma do Estatuto e deste Regimento Geral;
- III. cumprir e fazer cumprir, em toda a Universidade, as disposições do Estatuto, deste Regimento Geral e do Regimento da Reitoria.

Art. 40 - A estrutura organizacional, as atribuições, bem como o pessoal necessário aos diversos órgãos e serviços da Reitoria serão definidos em seu Regimento Interno, a ser aprovado pelo Conselho Universitário.

CAPÍTULO II **Das Unidades Acadêmicas**

Art. 41 - As unidades acadêmicas, enumeradas no Estatuto, são coordenações dos departamentos situados numa mesma área de estudos.

Art. 42 - A Diretoria é o órgão executivo da Unidade, cabendo-lhe administrar as suas atividades.

Parágrafo único - A Diretoria será exercida pelo Diretor e pelo Vice-diretor, ambos escolhidos e nomeados na forma do Estatuto.

Art. 43 - Ao Diretor de Unidade compete, dentre outras funções decorrentes dessa condição:

- I. representar e administrar a Unidade;
- II. convocar e presidir as reuniões do Conselho Departamental;
- III. cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto da Universidade, deste Regimento Geral e do Regimento da Unidade;
- IV. cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho Departamental e dos órgãos da administração superior da Universidade;
- V. exercer a administração do pessoal lotado na Unidade;
- VI. zelar pela conservação dos equipamentos e instalações confiados à Unidade;
- VII. assegurar a ordem e a disciplina, aplicando sanções disciplinares;
- VIII. exercer a coordenação executiva dos cursos afetos à Unidade;
- IX. constituir comissões para estudos de assuntos ou execução de projetos específicos;
- X. submeter ao Conselho Departamental, para ratificação, as medidas de urgência tomadas em matéria de sua competência;
- XI. integrar o CONSAD, o CONSEPE e o CONSUNI;
- XII. encaminhar à Reitoria, em tempo hábil, a discriminação da receita e despesa da Unidade, como subsídio à elaboração da proposta orçamentária;
- XIII. apresentar ao Reitor, ao longo do mês de janeiro, relatório circunstanciado de sua administração no ano anterior;
- XIV. promover sindicâncias e instaurar processo administrativo disciplinar, em matéria de sua competência;
- XV. resolver casos omissos no Regimento da Unidade, *ad referendum* do Conselho Departamental.

Parágrafo único - Ao Vice-diretor compete substituir o Diretor em suas faltas e impedimentos e suceder-lhe no caso de vaga, podendo ainda encarregar-se de outras tarefas específicas, por delegação expressa do Diretor.

CAPÍTULO III Dos Departamentos Acadêmicos

Art. 44 - Ao Chefe de Departamento, designado na forma do Estatuto, compete, dentre outras atribuições decorrentes dessa condição:

- I. representar e administrar o Departamento;
- II. convocar e presidir suas reuniões;
- III. integrar o Conselho Departamental;
- IV. fiscalizar a observância do regime acadêmico, o cumprimento dos programas e a execução dos planos de atividades;
- V. providenciar a verificação da assiduidade do corpo docente e do pessoal técnico-administrativo e marítimo lotado no Departamento;
- VI. zelar pela ordem no âmbito do Departamento, adotando as medidas necessárias, e representando ao Diretor da Unidade quando se impuserem providências de sua competência;
- VII. solicitar ao Diretor da Unidade os recursos humanos e materiais de que necessitar o Departamento;
- VIII. adotar, em casos de urgência, medidas que se imponham em matéria de competência do Departamento, submetendo o seu ato à ratificação deste na primeira reunião subsequente;
- IX. adotar as medidas para a elaboração do plano de atividades a serem desenvolvidas em cada período letivo, incluindo a proposta da lista de oferta de disciplinas;
- X. coordenar, ou delegar competência para tal, no plano acadêmico, os cursos de pós-graduação, aperfeiçoamento e extensão, bem como os projetos de pesquisa que se situem no âmbito do respectivo Departamento;
- XI. integrar o Colegiado de Curso ou designar para tal representante do Departamento;
- XII. encaminhar ao Diretor da Unidade, em tempo hábil, a discriminação da receita e da despesa previstas para o Departamento, como subsídio à elaboração da proposta orçamentária;
- XIII. cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto da Universidade, deste Regimento Geral e do Regimento da Unidade;
- XIV. cumprir e fazer cumprir as deliberações do Departamento e do Conselho Departamental, assim como dos órgãos da administração superior da Universidade;
- XV. apresentar ao Diretor da Unidade, na primeira quinzena de janeiro, relatório das atividades desenvolvidas no ano anterior.

CAPÍTULO IV Da Coordenação de Curso

Art. 45 - A coordenação didática de cada curso de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* ficará a cargo do respectivo Colegiado de Curso, com as seguintes atribuições:

- I. promover a coordenação didática do curso que lhe esteja afeto;
- II. aprovar o calendário acadêmico e a lista de oferta das disciplinas para o curso;

- III. propor o número de créditos das disciplinas do curso;
- IV. aprovar as disciplinas complementares, definindo as de caráter obrigatório ou optativo;
- V. estabelecer os pré-requisitos das disciplinas;
- VI. deliberar sobre o trancamento ou transferência de matrícula e jubilação;
- VII. deliberar sobre aproveitamento de estudos para fins de dispensa, ouvidos os Departamentos;
- VIII. aprovar os programas das disciplinas do curso, ouvidos os Departamentos;
- IX. propor aos órgãos competentes providências para a melhoria do ensino ministrado no curso;
- X. promover o processo de escolha do Coordenador e Vice-Coordenador.

Art. 46 - Ao Coordenador do Colegiado de Curso, além das atribuições inerentes à sua condição, caberá especialmente:

- I. convocar e presidir as reuniões do Colegiado;
- II. representar, por deliberação do Colegiado, às Unidades e Departamentos, em caso de não execução do programa das disciplinas e descumprimento de normas disciplinares ou didáticas do curso que lhe esteja afeto;
- III. adotar medidas para aprovação do calendário escolar, lista de oferta das disciplinas com os respectivos programas, pré-requisitos e créditos;
- IV. exercer funções administrativas, quando delegadas pelo Diretor da Unidade.

CAPÍTULO V **Dos Órgãos Suplementares**

Art. 47 - Além das Unidades Acadêmicas, e secundando-lhes as atividades, haverá na Universidade, previstos no Estatuto, Órgãos Suplementares diretamente subordinados ao Reitor.

Art. 48 - Ao Diretor de Órgão Suplementar competirá, dentre outras funções decorrentes de sua condição:

- I. administrar e representar o órgão;
- II. zelar pela ordem e eficiência dos trabalhos, representando ao Reitor os casos passíveis de punição previstos na legislação vigente;
- III. exercer atividades de fiscalização no âmbito de atuação do órgão;
- IV. articular-se com as Unidades Acadêmicas cujas atividades sejam suplementadas pelo órgão;
- V. elaborar o plano anual de atividades e submetê-lo, com os respectivos projetos, à aprovação do Reitor;
- VI. adotar, em casos de urgência, medidas que dependam da aprovação do Reitor, submetendo-lhe o ato para ratificação;
- VII. cumprir e fazer cumprir o regimento do órgão e as disposições estatutárias e regimentais;
- VIII. cumprir e fazer cumprir as instruções e determinações do Reitor;
- IX. solicitar ao setor competente da administração universitária os recursos humanos e materiais de que o órgão necessitar;
- X. aprovar a escala de férias do pessoal lotado no órgão;
- XI. apresentar ao Reitor, na primeira quinzena do mês de janeiro, relatório das atividades do órgão no ano anterior.

Art. 49 - A estrutura organizacional de cada Órgão Suplementar, assim como a escolha de seu Dirigente, será definida em regimento próprio, a ser aprovado pelo Conselho de Administração.

TÍTULO III Do Regime Didático-Científico

CAPÍTULO I Dos Cursos

Art. 50 - O ensino na Universidade Federal do Amazonas será organizado em forma de cursos que, concluídos, darão direito à emissão de diploma ou certificado.

Art. 51 - Caberá aos Departamentos a responsabilidade de planejar e ministrar disciplinas, cuja coordenação didática compete aos Colegiados de Curso.

Art. 52 - Cada disciplina terá um programa específico de conteúdo, na área de conhecimento que define cada Departamento, devendo esse programa ser desenvolvido no máximo durante um período letivo regular.

Parágrafo Único - As matérias que devam ser ministradas em mais de um período serão subdivididas em número correspondente de disciplinas.

Art. 53 - Será considerado aprovado o aluno que satisfizer, em cada disciplina, os requisitos mínimos de frequência e de aproveitamento nos estudos.

SEÇÃO I Cursos de Graduação

Art. 54 - Os cursos de graduação têm por objetivo proporcionar formação de nível superior.

§ 1º - Os cursos de graduação, previstos ou não em lei, serão instituídos pela Câmara de Ensino de Graduação, por iniciativa da Pró-Reitoria competente, devendo o ato de criação ser homologado pelo Conselho Universitário, nos termos do Estatuto.

§ 2º - Cada curso poderá apresentar estrutura e organização diferentes quanto às modalidades, a fim de atender às condições da Universidade e da demanda social.

Art. 55 - Cada curso de graduação poderá abranger uma ou mais habilitações.

SEÇÃO II Cursos de Pós-Graduação

Art. 56 - Os cursos de pós-graduação, em sentido estrito, abertos mediante seleção de mérito a graduados em curso superior, terão por fim desenvolver e aprofundar os estudos feitos em nível de graduação, conduzindo aos graus de mestre e doutor, e serão organizados com observância dos seguintes princípios:

- I. o mesmo curso de pós-graduação poderá receber candidatos provenientes de distintos cursos de graduação, cabendo ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, ouvida a Câmara Setorial competente, estabelecer normas segundo as

- quais prevaleçam requisitos que assegurem rigorosa seleção intelectual dos candidatos;
- II. os cursos de pós-graduação, estruturados nos níveis de mestrado e doutorado, abrangerão disciplinas pertinentes a uma área de concentração, que constituirá o objeto principal dos estudos, bem como outras disciplinas que se destinem ao complemento da formação cultural e científica;
 - III. o ensino das disciplinas será ministrado, de preferência, sob a forma de cursos monográficos, em que os temas recebam tratamento de profundidade, com a participação ativa dos alunos;
 - IV. a integralização dos estudos necessários aos cursos de pós-graduação será expressa em unidades de crédito, com o valor que venha a ser estabelecido pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, ouvida a Câmara setorial competente.

Art. 57 - Cada curso de pós-graduação *stricto sensu* será designado pelo correspondente setor de graduação ou, quando isto não ocorrer, por áreas ou matéria a que se referir.

Art. 58 - Nos cursos de mestrado, exigir-se-á elaboração de dissertação ou trabalho equivalente, conforme dispuserem as normas pertinentes.

Art. 59 - Nos cursos de doutorado, exigir-se-á elaboração de tese que represente trabalho de pesquisa considerado contribuição original para a área de conhecimento correspondente.

Parágrafo Único - Em caráter excepcional e em área para a qual esteja credenciada, a Universidade expedirá diploma de doutor, diretamente por defesa de tese, a candidato de alta qualificação científica, cultural e profissional, apurada mediante exame dos seus títulos e trabalhos.

Art. 60 - Os cursos de pós-graduação poderão ser mantidos só pela Universidade ou mediante convênio com outras instituições.

SEÇÃO III **Outras Modalidades de Cursos**

Art. 61 - Os cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e outros, de caráter permanente ou transitório, constituem categoria especial de formação, sujeitos a um plano específico elaborado pelo Departamento e pelo órgão a que esteja afeta a sua coordenação didática.

§ 1º - Os cursos referidos neste artigo serão objeto de regulamentação específica da Câmara Setorial competente, que estabelecerá as condições de matrícula, funcionamento e expedição de certificados.

§ 2º - A coordenação didática dos cursos de que trata o presente artigo aprovará os programas de disciplinas e atribuirá, quando for o caso, duração e valor em unidade de crédito.

§ 3º - O curso de especialização ou aperfeiçoamento cujo conteúdo não ultrapasse o âmbito de um departamento será por este coordenado; o que envolva mais de um departamento da mesma Unidade será por esta coordenado; o que abranja departamentos de mais de uma Unidade será coordenado pela Câmara setorial competente ou na forma por esta determinada.

Art. 62 - Cabe aos cursos e serviços de extensão representar a função integradora da Universidade em relação a setores amplos da comunidade, correspondendo a um processo dinâmico de intercâmbio e interação entre a Universidade e a sociedade.

§ 1º - Os cursos de extensão serão oferecidos ao público em geral, com o propósito de divulgar conhecimentos e técnicas de trabalho, podendo desenvolver-se em nível universitário ou não, de acordo com os seus conteúdos e objetivos.

§ 2º - Os serviços de extensão serão prestados sob formas diversas, tais como realização de estudos, elaboração e orientação de projetos, atendimento de consultas em matéria técnica, científica, educacional, artística e cultural, ou participação em iniciativas de quaisquer destes setores.

Art. 63 - A Universidade poderá ministrar cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, ouvida a Câmara Setorial competente.

CAPÍTULO II

Da Pesquisa

Art. 64 - A pesquisa terá por objetivo fundamental produzir e difundir conhecimentos científicos, tecnológicos, artísticos e culturais e desenvolver sua crítica, associando-se ao ensino e à extensão, em conformidade com os princípios e finalidades estabelecidos no Estatuto da Universidade.

Art. 65 - A Universidade promoverá a pesquisa, incentivando:

- I. a formação de pessoal em cursos de pós-graduação;
- II. a concessão de bolsas e auxílios para execução de projetos;
- III. o intercâmbio com outras instituições educacionais, culturais e científicas;
- IV. a constituição de grupos de pesquisa ligados aos departamentos ou núcleos.

Art. 66 - As ações de pesquisa seguirão as linhas formuladas no âmbito dos departamentos acadêmicos e dos programas de pós-graduação consolidadas em diretrizes da política científica da universidade aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

CAPÍTULO III

Da Organização Curricular

Art. 67 - Cada curso será organizado através de um Projeto Pedagógico elaborado pelo coordenador, em conjunto com a comunidade universitária do curso, e aprovado pelo Colegiado do Curso.

§ 1º - Tratando-se de novo curso, o Projeto Pedagógico, elaborado na forma do *caput* deste artigo, deverá ser homologado pelo Conselho Departamental.

§ 2º - O conteúdo mínimo do Projeto pedagógico será estabelecido em legislação própria do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

CAPÍTULO IV

Admissão aos Cursos

Art. 68 - A admissão aos cursos de graduação, abertos a candidatos que hajam concluído estudos de nível médio, far-se-á mediante classificação em processo seletivo, de acordo com as vagas oferecidas.

Parágrafo Único – Cabe ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão estabelecer e normatizar os processos seletivos.

CAPÍTULO V

Matrícula e Transferência

Art. 69 - A matrícula ou sua renovação será feita por disciplina, em prazo fixado pelo calendário acadêmico para cada período.

Art. 70 - A matrícula para prosseguimento de estudos será feita com observância dos pré-requisitos e demais exigências legalmente estabelecidas.

Parágrafo único - Poderão ser aproveitados os estudos realizados em cursos ou habilitações de mesma duração ou de duração diferente, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 71 - Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ser dispensados de cursar disciplinas constantes na grande curricular de seu curso.

Parágrafo único - A formação da banca examinadora, a época da aplicação das provas e os critérios de julgamento serão regulamentados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 72 - Será permitido o trancamento parcial ou total de matrícula em cada período letivo, em prazo fixado pelo calendário acadêmico.

Parágrafo único - Não será computado, no prazo de integralização do curso, o período correspondente a trancamento total de matrícula.

Art. 73 - É permitida a transferência:

- I. na Universidade, de um para outro curso, de acordo com as normas do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- II. para a Universidade, de alunos matriculados em outras Instituições de Ensino Superior, para cursos afins.

Art. 74 - A transferência só será deferida se houver vaga, desde que requerida na época prevista no Calendário Acadêmico da Universidade, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

§ 1º - A transferência será aceita em qualquer época, independentemente de vaga, quando se tratar de estudante que passar a residir na área de atuação da Universidade, em decorrência de transferência *ex-officio*, por motivo de interesse público, civil ou militar, devidamente comprovado, estendendo-se a concessão aos dependentes do servidor interessado, desde que oriundo de Instituição de Ensino Superior congênere.

§ 2º - Fica assegurada aos estrangeiros a serviço de seu País, bem como a seus dependentes e aos servidores ou dependentes de servidores de organismos internacionais dos quais o Brasil faça parte, quando transferidos para a área de atuação da Universidade, matrícula em qualquer época do ano, independentemente de vaga.

Art. 75 - O Aluno perderá o vínculo acadêmico com o curso:

- I. em virtude da ultrapassagem do tempo máximo para integralização do curso, especificado no projeto pedagógico;
- II. caso não efetive matrícula por mais de 04(quatro) semestres consecutivos ou não;
- III. por exclusão em virtude de sanção disciplinar.

Parágrafo único - O limite máximo para o trancamento de matrícula será de 02 (dois) semestres.

CAPÍTULO VI

Verificação do Rendimento Escolar

Art. 76 - A verificação do rendimento do ensino será feita por disciplina, abrangendo os aspectos de aproveitamento e frequência, ambos eliminatórios por si mesmos.

Art. 77 - Será reprovado e não obterá crédito o aluno que deixar de comparecer a um mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) das atividades programadas para cada disciplina.

Parágrafo único - É vedado abonar faltas ou compensá-las por tarefas especiais, excetuando-se os casos previstos na legislação em vigor.

Art. 78 - A verificação do rendimento escolar será feita através dos resultados obtidos nas atividades escolares e no exame final.

§ 1º - o aluno terá direito à revisão, requerida em petição fundamentada, e à segunda chamada nos exercícios escolares e no exame final, nos termos definidos pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

§ 2º - será considerado reprovado, não obtendo crédito, o aluno que não conseguir a média final mínima prescrita pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 79 - Os calendários dos cursos serão aprovados pelos colegiados a cuja coordenação didática estejam afetos, devendo situar-se nos limites do Calendário Acadêmico da Universidade, a ser anualmente aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 80 - O ano letivo regular, independente do ano civil, terá, no mínimo, 200 (duzentos) dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais.

§ 1º - Serão obrigatórios dois períodos de atividades regulares por ano letivo, cada um de 100 (cem) dias de trabalho escolar efetivo.

§ 2º - Haverá períodos especiais, entre os regulares, para efeito de programação das várias disciplinas, de forma a assegurar o funcionamento ininterrupto da Universidade, cabendo ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão estabelecer a duração desses períodos.

§ 3º - Todas as atividades, incluindo o ensino das disciplinas, poderão ser desenvolvidas em períodos especiais.

CAPÍTULO VII Diplomas, Certificados e Títulos

Art. 81 - A Universidade poderá conferir os seguintes diplomas:

- I. de graduação;
- II. de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado);
- III. de cursos seqüenciais por campo de saber.

Art. 82 - Os diplomas relativos a cursos de graduação conferem títulos especificados em cada currículo.

Parágrafo único - No caso de curso de graduação que comporte mais de uma habilitação ou modalidade, sob o mesmo título, observar-se-á o seguinte:

- I. o diploma conterà, no anverso, o título geral correspondente ao curso, especificando-se no verso as habilitações e modalidades;
- II. as novas habilitações e modalidades, adicionais ao título já adquirido, serão igualmente consignadas no verso, dispensando-se a expedição de novo diploma.

Art. 83 - O ato de colação de grau será realizado em sessão solene em dia, hora e local previamente designados, sob a presidência do Reitor ou representante por ele designado.

Parágrafo único - A requerimento dos interessados, e em casos especiais devidamente justificados, poderá o ato de colação de grau realizar-se, individualmente ou por grupos, em presença do Diretor da Unidade, lavrando-se desse ato termo subscrito pelo Diretor da Unidade, pelo graduado e por duas testemunhas.

Art. 84 - Os diplomas dos cursos de graduação serão assinados pelo Reitor, pelo Diretor da Unidade e pelo diplomado.

Art. 85 - Os diplomas dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* serão assinados pelo Reitor, pelo Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e pelo diplomado.

Art. 86 - Estarão sujeitos a registro os diplomas expedidos pela Universidade, relativos a:

- I. cursos de graduação correspondentes a profissões reguladas em lei;
- II. outros cursos de graduação criados pela Universidade, com aprovação do Conselho Nacional de Educação, para atender às exigências de sua programação específica ou às peculiaridades do mercado de trabalho regional;
- III. cursos credenciados de pós-graduação *stricto sensu*.

§ 1º - Também poderão ser registrados diplomas de cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* de instituições de educação superior estrangeiras revalidados pela Universidade.

§ 2º - O registro de diplomas será feito na própria Universidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 87 - Os certificados dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, extensão e outros serão assinados na forma indicada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão na resolução que aprovar o respectivo plano e programas do curso, figurando entre os signatários o Diretor da Unidade.

Art. 88 - Os certificados de disciplinas isoladas serão assinados pelos professores responsáveis pelo seu ensino e subscritos pelo respectivo chefe de Departamento e visados pelo Diretor da Unidade.

Art. 89 - A Universidade poderá conferir títulos honoríficos, mediante proposta justificada do Reitor ou de Colegiados:

- I. de **Professor Emérito**, aos docentes do seu quadro efetivo que tenham alcançado posição eminente no ensino, na pesquisa ou na extensão;
- II. de **Professor Honoris Causa**, a professores e cientistas ilustres, nacionais ou estrangeiros, não pertencentes à Universidade, que lhe tenham prestado relevantes serviços;
- III. de **Doutor Honoris Causa**, a personalidades que se tenham distinguido pelo saber ou pela atuação em prol das artes, das ciências e tecnologia, da filosofia e das letras ou do melhor entendimento entre os povos.

§ 1º - A concessão dos títulos referidos neste artigo deverá ser aprovada pela maioria absoluta dos membros do Conselho Universitário, promovendo-se a sua outorga em sessão solene do mesmo Conselho.

§ 2º - Os diplomas correspondentes aos títulos honoríficos serão assinados pelo Reitor e pelo agraciado, sendo transcritos em livro próprio.

Art. 90 - A medalha do Mérito Universitário, prevista no Estatuto da Universidade Federal do Amazonas, será concedida a membros da comunidade universitária que tenham desempenho distinguido em prol da Universidade.

Parágrafo único - A concessão da medalha far-se-á mediante proposta justificada do Reitor, de Diretores de Unidades Acadêmicas e Administrativas, Órgãos Suplementares e Colegiados, aprovada pela maioria absoluta do Conselho Universitário.

TÍTULO IV Da Comunidade Universitária

Art. 91 - A comunidade universitária é constituída pelo corpo docente, discente e técnico-administrativo e marítimo, diversificados em suas atribuições e unificados em seus objetivos.

CAPÍTULO I Do Corpo Docente

Art. 92 - O corpo docente da Universidade é constituído pelos integrantes da carreira do magistério superior e demais professores admitidos na forma da lei, inclusive os visitantes e substitutos.

Art. 93 - A carreira do magistério superior compreende as seguintes classes:

- I. Professor Titular;
- II. Professor Adjunto;
- III. Professor Assistente;



IV. Professor Auxiliar.

Parágrafo único - Cada classe compreende quatro níveis, designados pelos números de 1 a 4, exceto a de Professor Titular, que possui um só nível.

Art. 94 - São consideradas atividades acadêmicas próprias do pessoal docente do ensino superior:

- I. as pertinentes ao ensino, pesquisa e extensão que, indissociáveis, visem à aprendizagem, à produção do conhecimento, à ampliação e transmissão do saber e da cultura;
- II. as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação, assistência e consultoria na própria Universidade, além de outras previstas na legislação vigente.

Art. 95 - A contratação de professor visitante e/ou substituto será efetuada de acordo com as normas baixadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em conformidade com a legislação em vigor.

Art. 96 - O professor da carreira do magistério superior da Universidade poderá ser movimentado para outra Instituição Federal de Ensino Superior, de acordo com a legislação em vigor.

SEÇÃO I Do Ingresso na Carreira

Art. 97 - O ingresso na carreira do Magistério Superior dar-se-á mediante habilitação em concurso público de provas e títulos, somente podendo ocorrer no nível 1 de cada classe.

§ 1º - Para inscrição no concurso a que se refere este artigo, será exigido diploma de:

- I. graduação em curso superior, para a classe de Professor Auxiliar;
- II. Mestre, para a classe de Professor Assistente;
- III. Doutor, Livre-docente ou Notório Saber, para a classe de Professor Adjunto.

§ 2º - O ingresso na classe de Professor Titular dar-se-á unicamente mediante habilitação em concurso público de provas e títulos no qual somente poderão inscrever-se portadores do título de Doutor ou Livre-docente, Professor Adjunto, bem como pessoas de notório saber, de acordo com a legislação vigente.

Art. 98 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão baixará normas complementares reguladoras do ingresso na carreira do Magistério Superior.

SEÇÃO II Do Regime de Trabalho

Art. 99 - Os docentes da Universidade serão submetidos a um dos seguintes regimes de trabalho:

- I. dedicação exclusiva, com obrigação de prestar 40 (quarenta) horas semanais de trabalho e impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada;
- II. tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho.

§ 1º - No regime de dedicação exclusiva admitir-se-á:

- I. participação em órgãos de deliberação coletiva relacionados com as funções de magistério;
- II. participação em comissões julgadoras ou verificadoras relacionadas com o ensino ou a pesquisa;
- III. percepção de direitos autorais ou correlatos;
- IV. colaboração esporádica, remunerada ou não, em assuntos de sua especialidade, devidamente autorizada pelo Departamento e Unidade de origem e pelo Reitor, de acordo com as normas baixadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

§ 2º - Excepcionalmente, a Universidade Federal do Amazonas, mediante a aprovação do Conselho de Administração e homologação do Conselho Universitário, poderá adotar o regime de 40 horas semanais de trabalho para áreas específicas.

Art. 100 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão baixará normas estabelecendo:

- I. os limites mínimo e máximo da carga horária de aulas, segundo os regimes de trabalho, observadas a natureza e diversidade de encargos do docente, como prevê o Estatuto;
- II. o processo de acompanhamento e avaliação das atividades docentes.

Art. 101 - O Conselho de Administração baixará normas estabelecendo os critérios para concessão, fixação e alteração do regime de trabalho dos docentes.

SEÇÃO III Dos Afastamentos

Art. 102 - Além dos casos previstos na legislação em vigor, o ocupante de cargo ou emprego do magistério superior poderá afastar-se de suas funções, assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus em razão da docência:

- I. para seguir curso de pós-graduação em nível de mestrado, doutorado e programas de pós-doutorado em instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras;
- II. para realizar cursos de especialização ou aperfeiçoamento em instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras;
- III. para prestar colaboração temporária a outra instituição de ensino superior ou de pesquisa;
- IV. para comparecer a eventos relacionados com atividades acadêmicas, técnico-científicas e artístico-culturais;
- V. para participar de órgãos de deliberação coletiva ou de outros relacionados com atividades acadêmicas, técnico-científicas, artístico-culturais e de representação de classe.

§ 1º - A concessão do afastamento, nos casos previstos nos incisos I e II deste artigo, importará no compromisso de, ao seu retorno, o professor permanecer obrigatoriamente na Universidade por tempo igual ao do afastamento, incluídas as prorrogações, sob pena de indenização de todas as despesas, com juros e atualização monetária.

NF

§ 2º - Salvo expressa autorização do Conselho Universitário, não será concedido novo afastamento, nas condições dos incisos I e II, enquanto o docente não der à Universidade a compensação prevista no parágrafo anterior.

§ 3º - Não será concedido novo afastamento, nas condições dos incisos I e II, ao docente que não obtiver o título inerente ao curso que gerou o afastamento, enquanto este não cumprir em dobro a compensação à Universidade prevista no parágrafo primeiro.

SEÇÃO IV Das Férias

Art. 103 - Ao docente em efetivo exercício na Universidade serão concedidos 45 (quarenta e cinco) dias de férias anuais, a serem gozadas na forma da legislação vigente.

Parágrafo único - O docente afastado para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, em Órgãos não integrantes da Universidade, fará jus a férias anuais de acordo com a legislação vigente.

CAPÍTULO II Do Corpo Discente

Art. 104 - O corpo discente da Universidade é constituído por todos os estudantes matriculados em seus cursos, distribuídos, segundo o Estatuto, pelas seguintes categorias:

- I. Alunos Regulares;
- II. Alunos Especiais;
- III. Alunos Avulsos.

Art. 105 - Os alunos da Universidade terão direitos e deveres inerentes à sua condição, sujeitando-se ao regime disciplinar previsto neste Regimento Geral.

Art. 106 - A Universidade deverá adotar medidas no sentido de proporcionar aos discentes as condições necessárias ao desempenho de suas atividades.

Art. 107 - A Universidade estimulará a participação dos discentes nas atividades de extensão, de iniciação à docência e a pesquisa mediante:

- I. a manutenção do programa de Monitoria, selecionando monitores dentre os alunos regulares dos cursos de graduação que demonstrarem capacidade de desempenho em disciplinas já cursadas;
- II. apoio e coordenação de programas mantidos por recursos federais, estaduais e outros;
- III. desenvolvimento e manutenção de trabalho voluntário.

Parágrafo único - As Câmaras Setoriais baixarão normas sobre seleção, admissão, atribuições, orientação e expedição dos certificados dos programas.

SEÇÃO I Do Regime Disciplinar

Art. 108 - Os membros do corpo discente estão sujeitos às seguintes penalidades disciplinares:

- I. advertência;
- II. suspensão;
- III. exclusão.

Art. 109 - A aplicação das penalidades previstas dependerá da avaliação da Comissão Processante, que levará em consideração a natureza da falta cometida, observando que:

- I. a advertência será aplicada por escrito àquele que cometer infrações consideradas de natureza leve;
- II. a suspensão, que alcançará o reincidente ou o que tenha praticado infração mais grave, importará no afastamento do aluno de todas as atividades escolares, por prazo não inferior a 3 (três) nem superior a 90 (noventa) dias, segundo gradação que levará em conta a natureza da falta;
- III. a pena de exclusão, que será reservada para os casos de faltas gravíssimas ou de reincidências;
- IV. as penalidades disciplinares serão aplicadas levando-se em consideração os antecedentes do aluno e a gravidade da falta, assegurada a ampla defesa.
- V. ao aluno especial e ao avulso será aplicada somente a pena de advertência, salvo reincidência ou falta grave, que importará na sua exclusão.

Art. 110 - Constituem faltas disciplinares dos discentes, passíveis de penalidades, as seguintes:

- I. improbidade na execução de atos ou trabalhos escolares;
- II. inutilização ou adulteração de avisos ou editais afixados pela administração ou retirada, sem prévia autorização da autoridade competente, de objeto ou documento em qualquer dependência da Universidade;
- III. dano material ao patrimônio público que importe em depredação ou inutilização de bens, móveis e imóveis, ou danificação da fauna e da flora, poluição de cursos d'água, do meio ambiente e das vias de acesso existentes em áreas da Universidade;
- IV. ofensa ou agressão a qualquer membro da comunidade universitária no recinto de qualquer unidade acadêmica ou administrativa;
- V. desacato a membro da direção da unidade acadêmica, do corpo docente ou às autoridades máximas da Universidade;
- VI. prática de atos incompatíveis com atividades acadêmicas e administrativas e com o decoro ou a dignidade da vida universitária.

Art. 111 - As faltas enumeradas no artigo anterior serão passíveis de penalidades, qualquer que seja o local em que forem cometidas, desde que o agente esteja na condição de aluno da Universidade.

Art. 112 - Na hipótese do inciso III, do art. 110, a penalidade disciplinar será cumulada com responsabilidade civil e/ou criminal, se for o caso.

Art. 113 - As infrações que também se configurem como crime terão os respectivos processos reproduzidos em cópia xerográfica ou equivalente, destinada aos arquivos da Instituição, e os originais remetidos ao Ministério Público Federal, para a instauração da correspondente ação penal, se for o caso.



Art. 114 – As penas de advertência e suspensão até 30 (trinta) dias serão aplicadas pelo Diretor da Unidade, cabendo ao Reitor a suspensão que exceder esse limite e a expedição do ato de exclusão.

§ 1º - As penas da alçada do Diretor de Unidade serão precedidas de sindicância realizada por comissão composta por membros da comunidade universitária e designada pela mesma autoridade, assegurando-se ao acusado ampla defesa.

§ 2º - As penas da alçada do Reitor serão aplicadas com base em processo disciplinar, conduzido por comissão composta por membros da comunidade universitária, designado pelo mesmo, que indicará, dentre eles, o seu presidente.

§ 3º - O prazo para conclusão da sindicância será 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado até por igual período, a critério do Diretor da Unidade.

§ 4º - O prazo para conclusão do processo administrativo disciplinar será 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por até igual período, mediante ato do Reitor.

§ 5º - A convocação para qualquer ato do processo disciplinar será feita por escrito e, ao revel, por edital.

§ 6º - Durante o processo disciplinar, o indiciado não poderá cancelar ou trancar matrícula, nem terá sua transferência concedida para outra instituição de ensino superior.

§ 7º - Concluída a instrução da sindicância ou do processo disciplinar, será o indiciado citado para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista e cópia do processo no local indicado no mandado de citação.

§ 8º - Achando-se em lugar incerto e não sabido, o indiciado será citado por Edital afixado na Unidade a que esteja vinculado, com publicação por duas vezes em jornal de grande circulação e prazo de 15 (quinze) dias para apresentação da defesa, contado da última publicação.

§ 9º - Quando o indiciado, depois de citado, deixar de apresentar defesa escrita, incorrerá em revelia, reconhecida em termo específico, cabendo ao Presidente da Comissão solicitar à autoridade que determinou a instauração do processo a designação de defensor dativo, preferentemente discente, que disporá do mesmo prazo para defender o revel.

Art. 115 - Decorrido o prazo de defesa, com a apresentação desta, será elaborado circunstanciado e conclusivo relatório quanto à responsabilidade do indiciado, sendo a sindicância ou o processo disciplinar encaminhado, para julgamento, à autoridade que houver determinado a sua instauração.

CAPÍTULO III **Do Corpo Técnico-Administrativo e Marítimo**

Art. 116 - O corpo técnico-administrativo e marítimo é constituído pelos servidores da Universidade que exerçam atividades técnicas, administrativas e operacionais necessárias à consecução dos objetivos institucionais.

Art. 117 - Todos os aspectos da vida funcional serão disciplinados pela legislação pertinente.

SEÇÃO I Dos Afastamentos

Art. 118 - O servidor técnico-administrativo e marítimo poderá afastar-se de suas funções, assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus em razão do respectivo cargo ou emprego, obedecidas as exigências contidas na legislação em vigor:

- I. para seguir curso de pós-graduação em nível de mestrado, doutorado e programas de pós-doutorado em instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras;
- II. para realizar cursos de especialização ou aperfeiçoamento em instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras;
- III. para prestar colaboração temporária a outra instituição de ensino superior ou de pesquisa;
- IV. para comparecer a eventos relacionados com atividades acadêmicas, técnico-científicas e artístico-culturais;
- V. para participar de órgãos de deliberação coletiva ou de outros relacionados com atividades acadêmicas, técnico-científicas, artístico-culturais e de representação de classe.

§ 1º - A concessão do afastamento, nos casos previstos nos incisos I e II deste artigo, importará no compromisso de, ao seu retorno, o técnico-administrativo e marítimo permanecer obrigatoriamente na Universidade por tempo igual ao do afastamento, incluídas as prorrogações, sob pena de indenização de todas as despesas, com juros e atualização monetária.

§ 2º - Salvo expressa autorização do Conselho Universitário, não será concedido novo afastamento, nas condições dos incisos I e II, enquanto o técnico-administrativo e marítimo não der à Universidade a compensação prevista no parágrafo anterior.

§ 3º - Não será concedido novo afastamento, nas condições dos incisos I e II, ao técnico-administrativo e marítimo que não obtiver o título inerente ao curso que gerou o afastamento, enquanto este não cumprir em dobro a compensação à Universidade prevista no parágrafo primeiro.

Art. 119 - O Departamento de Recursos Humanos contemplará formação no nível de pós-graduação para servidores técnico-administrativos e marítimos em seus planos de desenvolvimento de Recursos Humanos, em articulação com as diversas unidades administrativas e acadêmicas da instituição.

CAPÍTULO IV Do Regime Jurídico do Servidor

Art. 120 - Os servidores da Universidade, docentes e técnico-administrativos e marítimos, estão sujeitos ao regime jurídico instituído pela legislação vigente.

CAPÍTULO V Do Regime Disciplinar

Art. 121 - A autoridade universitária que, no âmbito de sua competência, tiver ciência de irregularidade no serviço é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao indiciado ampla defesa.



Art. 122 - Os servidores docentes e técnico-administrativos e marítimos estão sujeitos às seguintes sanções disciplinares:

- I. advertência;
- II. suspensão;
- III. demissão;
- IV. cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
- V. destituição de cargo em comissão;
- VI. destituição de função comissionada.

Art. 123 - Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o Serviço Público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais do agente infrator.

Art. 124 - São competentes para determinar a instauração de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar, no âmbito das Unidades Acadêmicas, o Diretor, no âmbito dos demais órgãos administrativos, o Reitor.

§ 1º - Compete ao Diretor de Unidade aplicar as penas de advertência e de suspensão até 30 (trinta) dias;

§ 2º - As penalidades que ultrapassarem o limite previsto no parágrafo anterior serão aplicadas pelo Reitor.

Art. 125 - Cabe ao Reitor, sem prejuízo da previsão contida no art. 124, constituir comissões de sindicância ou de processo administrativo disciplinar, ou delegar competência para tal, para serem aplicadas as sanções disciplinares cabíveis que se situarem em cada esfera de competência.

Art. 126 - Os servidores docentes e técnico-administrativos e marítimos estão sujeitos ao regime disciplinar constante na legislação em vigor.

CAPÍTULO VI Do Patrimônio

Art. 127 - A localização, concepção e construção dos edifícios da Universidade obedecerão ao Plano Diretor vigente.

Art. 128 - Os equipamentos da Universidade serão distribuídos pelas Unidades Acadêmicas e Órgãos Suplementares e redistribuídos aos Departamentos, colocados a serviço de toda a Universidade, evitada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes.

Art. 129 - A realização de levantamentos e avaliações relacionados com o plano físico da Universidade, o planejamento de novas construções e a conservação das existentes, bem como o controle do patrimônio em terrenos, prédios e equipamentos ficarão a cargo da Reitoria, conforme dispuser o seu Regimento.

TÍTULO V Disposições Gerais e Transitórias

Art. 130 - As disposições do presente Regimento Geral serão complementadas por normas baixadas pelo Conselho Universitário, pelo Conselho de Administração e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, conforme a matéria versada.

Art. 131 - A celebração, pelo Reitor, de contratos, acordos e convênios regulados em lei, como é o caso, dentre outros, daqueles precedidos de licitação ou de seleção pública, independe da autorização do Conselho Universitário.

Art. 132 - A forma de composição dos colegiados e comissões universitárias, prevista no art. 56, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, não se aplica às comissões reguladas em leis especiais, como é o caso, dentre outras, das comissões de licitação e das disciplinares, de livre escolha do Reitor.

Art. 133 - O presente Regimento Geral só poderá ser alterado por iniciativa do Reitor ou por proposta de 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros do Conselho Universitário.

Parágrafo único - A matéria de que trata este artigo só poderá ser aprovada pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho, em reunião convocada para esse fim.

Art. 134 - O Reitor submeterá ao Conselho Universitário, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da vigência deste Regimento Geral, projeto de Regimento da Reitoria.

Art. 135 - A Escola de Enfermagem de Manaus, incorporada à Universidade Federal do Amazonas pela Lei 9.484, de 27 de agosto de 1997, será considerada provisoriamente Unidade Acadêmica, até que seja providenciada sua inclusão como tal no Estatuto.

Art. 136 - O presente Regimento Geral entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial, revogadas as disposições em contrário.

NF